

Sindicato processa CSN por exploração salarial

EMPRESA NÃO PAGA O PISO, POIS ENQUADROU FUNCIONÁRIOS DA CATEGORIA COMO METALÚRGICOS

O Sindicato dos Vigilantes do Sul Fluminense processou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). De acordo com a presidente da entidade, Valéria Gonçalves, a empresa mantém seus vigilantes orgânicos com salário de metalúrgicos o que, na prática, significa perda salarial que gira em torno de R\$ 300 ao mês, mais a periculosidade que é direito do vigilante.

“Segundo a sindicalista, o objetivo do Sindicato, ao processar a CSN, é exigir que a empresa milionária reajuste o salário desses funcionários que vêm sendo explorados há vários anos.

Ainda de acordo com Valéria, o



Valéria quer reajuste de vigilantes da CSN

próprio Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense está colaborando com a causa. “O

então presidente Renato Soares emitiu uma carta esclarecendo que os vigilantes da CSN não são ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos. Agradeço Renato Soares .

O agradecimento do Ex Presidente

O ex Presidente Raimundo Adão agradece a categoria pelo apoio e carinho que recebeu durante o seu mandato que se encerrou no dia 02 de Setembro de 2014, passando assim o cargo para Valeria Gonçalves Martins. E deseja muitas conquistas para toda a Diretoria. Pois só com luta e união venceremos.

Projeto de Lei obriga estabelecimentos a contratar vigilantes capacitados em VR



Vigilantes comemoram aprovação do Projeto de Lei do vereador Chicão

Os vereadores de Volta Redonda aprovaram com regime de urgência e preferência, um Projeto de Lei, de autoria do vereador Francisco Chaves, que estabelece a obrigatoriedade de serviço de segurança especializado em diversos estabelecimentos comerciais de Volta Redonda. De acordo com o parlamentar muitos comerciantes, para economizar, usa de mão de obra desqualificada “Os donos de estabelecimentos comerciais deixam de trabalhar com vigilantes

preparados e colocam outras pessoas, muitas vezes sem preparação, para vigiar seu negócio. Essa prática, além de não favorecer ao comerciante tira a oportunidade de trabalho de homens e mulheres que se preparam para a função”, disse Dr. Francisco Chaves.

De acordo com a presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul Fluminense, Valéria Gonçalves, o projeto representa para a categoria garantia de emprego e segurança de modo geral. “Muitos vigilantes ficam desempregados porque os empresários e comerciantes em geral preferem contratar pessoas comuns, sem qualificação técnica, para fazer a segurança. Isso, ao contrário do que podem pensar, não gera segurança e ainda pode causar sérios problemas à população e ao próprio empregador”, comentou Valéria. Deverão se ade-

quar a lei, que terá 90 dias para ser absorvida e implementada pelos comerciantes, os donos de casas lotéricas, supermercados, postos de gasolina, agências dos Correios e farmácias. Mas, vale ressaltar, a vigilância a que se refere o texto, será obrigatória apenas no horário de funcionamento do estabelecimento e o número de vigilantes será correspondente ao tamanho do local de trabalho. Aqueles que fugirem à norma poderão pagar multa de até R\$ 1 000. Em caso de reincidência, o negócio será fechado. Empolgada com a aprovação do Projeto de Lei, Valéria garantiu que o próprio Sindicato dos Vigilantes ficará de olho nos estabelecimentos que não cumprirem a norma. Presidente.

O projeto seguiu para sanção do Prefeito Antônio Francisco Neto.